

GEORGES LOUIS HAGE HUMBERT

**LICENCIAMENTO
AMBIENTAL
DA CONSTITUIÇÃO À LEI GERAL**

G|Z
EDITORA

RIO DE JANEIRO
2026

1ª edição – 2026

© Copyright: *Georges Louis Hage Humbert*

Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery*

Conselho Editorial: Conselho Editorial: • *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis* • *Arnaldo Rizzardo* • *Arruda Alvim* • *Cláudio Brandão* • *Florisbal de Souza Del' Olmo* • *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro (in memoriam)* • *Nelson Nery Costa* • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira* • *André Gustavo Corrêa de Andrade* • *José Roberto de Castro Neves* • *Fátima Cristina Santoro Gerstenberger* • *Eduardo Vasconcelos dos Santos Dantas* • *Roberto Rosas*

Diagramação: *Olga Martins*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H899L

Humbert, Georges Louis Hage
Licenciamento ambiental da constituição à lei geral / Georges Louis Hage
Humbert. - 1. ed. - Rio de Janeiro : GZ, 2026.
170 p. ; 16x23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5813-164-9

1. Direito ambiental - Brasil. 2. Licenças ambientais - Brasil. I. Título.

26-105145.1

CDU: 349.6(81)



Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

12/05/2026 13/05/2026

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410
Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP
Tels.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dedicatória

*A Mirela, Gegeo e Tetê,
forças motrizes de amor que
impulsionam minha vida.*

Deus, o Eu Sou, sempre.

Nota do Autor

A presente obra nasce de um percurso intelectual e prático de mais de duas décadas dedicadas ao Direito Ambiental, ao Direito Urbanístico e ao Direito Administrativo. É uma síntese – e também uma provocação – sobre o licenciamento ambiental brasileiro: seus alicerces constitucionais, suas patologias sistêmicas, sua crise de identidade e as perspectivas abertas pela Lei Geral de Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025).

O licenciamento ambiental é, ao mesmo tempo, o mais sofisticado e o mais disfuncional dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Sofisticado porque pressupõe a integração do Direito Administrativo com as ciências naturais, a economia, o planejamento territorial e a participação social. Disfuncional porque, por décadas, operou à margem da Constituição, fundado em resoluções do Conama de constitucionalidade duvidosa, produzindo um labirinto normativo com mais de 27 mil normas conflitantes. Como desenvolvido nesta obra – em especial no artigo ‘Morte ou Ressurreição do Licenciamento Ambiental?’ (FDUA, nº 142, 2025) –, a ressurreição do licenciamento é possível e necessária. Ela já começou.

Esta obra não é um manifesto antiambiental. É, ao contrário, uma defesa da sustentabilidade real – aquela que integra as dimensões social, econômica e ecológica do art. 225 e dos arts. 1º a 3º da Constituição Federal. Como afirma Édis Milaré, ‘não há proteção ambiental efetiva sem instrumentos administrativos eficientes, proporcionais e compatíveis com a realidade social e econômica’. Um sistema de licenciamento eficiente, previsível e proporcional é, antes de tudo, um sistema ambientalmente mais eficaz.

A edição final consolidada de 2026 incorpora dois novos capítulos especiais: o Guia Prático Passo a Passo (Parte IX) e o Capítulo Sistemático de Competências (Parte X), além de enriquecer cada capítulo com a seção ‘Diálogo Doutrinário’, confrontando as teses do autor com as contribuições de Eduardo Fortunato Bim e Édis Milaré – os três pilares doutrinários do licenciamento ambiental brasileiro contemporâneo. As citações complementares por capítulo foram integradas para conferir maior robustez acadêmica e referência doutrinária a cada argumento.

Salvador, janeiro de 2026

Georges Louis Hage Humbert

Sobre o Autor

Georges Louis Hage Humbert é advogado e professor com mais de duas décadas de carreira jurídica. Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Professor convidado da PUC-SP (Especialização em Direito Administrativo).

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Sustentabilidade – Ibrades. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade da OAB/BA. Vice-Presidente de Sustentabilidade da Associação Comercial da Bahia. Membro do Conselho da Reserva da Biosfera do Estado da Bahia.

Foi Superintendente de Políticas Ambientais do Estado de Goiás. Foi Gerente de Projetos do Ministério do Meio Ambiente. Foi membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Foi Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República. Membro do Comitê de Resposta a Desastres do Conselho de Governo da Presidência da República. Membro do Conselho de Meio Ambiente da FIEB e da Câmara Florestal do Brasil e da Bahia.

Obras de referência: Direito Urbanístico e Função Socioambiental da Propriedade Imóvel Urbana (Fórum, 2009); Manual Teórico e Prático de Advocacia Ambiental, em coautoria com Carlos Sérgio Gurgel (GZ, 2026, 2ª ed.); Processo Administrativo Ambiental, em coautoria com Carlos Sérgio Gurgel (GZ, 2026); Funções Sociais da Cidade: Conteúdo Constitucional e Legal (GZ, 2024); Teoria Geral do Direito: Críticas ao Neoconstitucionalismo e ao Ativismo Judicial (GZ, 2023); Impactos da Lei de Liberdade Econômica no Direito Administrativo (Fórum, 2021); Morte ou Ressurreição do Licenciamento Ambiental? (FDUA, nº 142, 2025); Direito Ambiental do Pavor e os Danos à Sustentabilidade no Brasil (FDUA, nº 144, 2025).

Site: www.humbert.com.br | E-mail: georges@humbert.com.br

Sumário

<i>Dedicatória</i>	V
<i>Nota do Autor</i>	VII
<i>Sobre o Autor</i>	IX
Introdução - A Tese Central do Livro.....	1
PARTE I - Fundamentos Constitucionais e Doutrinários	
Capítulo 1 - O Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988.....	5
Capítulo 2 - Natureza Jurídica e Fundamentos do Licenciamento	13
Capítulo 3 - Teoria Crítica dos Princípios do Direito Ambiental	19
PARTE II - Estrutura do Licenciamento como Processo Administrativo	
Capítulo 4 - Regime Jurídico Geral das Licenças Ambientais.....	27
Capítulo 5 - EIA, Estudos Ambientais e Audiência Pública	33

PARTE III - Federalismo Cooperativo Ambiental e Competências	
Capítulo 6 - Repartição de Competências: Constituição e LC 140/2011.....	41
Capítulo 7 - A ADI 7.007/BA e a Consolidação do Federalismo Ambiental.....	47
PARTE IV - A Crise do Modelo: O Direito Ambiental do Pavor	
Capítulo 8 - O Direito Administrativo do Medo e sua Manifestação Ambiental.....	55
PARTE V - A Lei Geral de Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025)	
Capítulo 9 - 45 Anos da PNMA e a Necessidade da Lei Geral.....	63
PARTE VI - Jurisprudência Seleccionada e Comentada	
Capítulo 10 - STF: Teses Estruturantes.....	73
Capítulo 11 - STJ: Garantias do Empreendedor e Boa-fé	79
PARTE VII - Licenciamento em Biomas Especiais e Zona Costeira	
Capítulo 12 - Mata Atlântica: O Fim da Anuência e o Protagonismo Municipal.....	87
Capítulo 13 - Zona Costeira: Competência Federal Restrita e Definitivamente Delimitada.....	95
PARTE VIII - Inovação, Tecnologia, ESG e Advocacia Ambiental	
Capítulo 14 - Inteligência Artificial, ESG, Compliance e a Advocacia Ambiental Contemporânea.....	103

PARTE IX - Licenciamento Ambiental Passo a Passo: Guia Prático	
Capítulo 15 - Visão Geral do Sistema Proporcional ao Risco	111
Capítulo 16 - Procedimento Ordinário (LP + LI + LO) – Passo a Passo	115
Capítulo 17 - Modalidades Simplificadas: LU, LAC, LAE e Corretivo	121
Capítulo 18 - Órgãos Intervenientes e Garantias do Empreendedor	127
PARTE X - Competências no Licenciamento Ambiental: Guia Sistemático	
Capítulo 19 - Quadro Geral de Competências.....	135
Capítulo 20 - ADI 4.757/DF e ADI 7.007/BA: Síntese das Teses	141
Capítulo 21 - Instrumentos de Cooperação Federativa.....	145
Conclusão: A Ressurreição do Licenciamento Ambiental	149
Referências Bibliográficas.....	151

